



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO



ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA  
SUPERINTENDÊNCIA COMERCIAL - PSC  
DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO AOS CLIENTES – PSA  
GERÊNCIA DE ATENÇÃO AOS CLIENTES - PSAA  
CONTRATO Nº PSA/023/2018

CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD (GRUPO B)

<b>Razão Social:</b> CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A - CERON	<b>CNPJ:</b> 05.914.650/0001-66
<b>Endereço:</b> Av. Imigrantes, Nº 4137 – Industrial – Porto Velho.	<b>Inscrição Estadual:</b> 00000000255.63-7
<b>Representante:</b> Fernando Tupan Coragem	<b>CPF:</b> 851.469.512-68 <b>RG</b> 911.223 – SSP/RO
<b>Representante:</b> Tércia Marília Martins Brasil	<b>CPF:</b> 836.691.672-24 <b>RG:</b> 693.942 SSP/RO
<b>Resolução da Diretoria:</b> 16/2017 e 22/2017	

CONTRATANTE/ACESSANTE

<b>Razão Social:</b> Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde		
<b>Endereço da Sede:</b> Avenida Governador Jorge Teixeira nº 1146		<b>CNPJ:</b> 05.903.125/0001-45
<b>Órgão Pagador:</b> (07)		
<b>Bairro:</b> Nova Porto Velho	<b>CEP:</b> 76.820-116	<b>Cidade/Estado:</b> Porto Velho/RO
<b>Representante:</b> Orlando José de Souza Ramires		<b>CPF:</b> 068.602.494-04 <b>RG:</b> 259.423 SSP/RO
<b>Resolução/Ato/Portaria de nomeação/Procuração:</b> Decreto 2185/I publicado no D.O.M nº 5.523 de 25.08.17		
<b>Fone:</b> (69) 3901-3176	<b>E-Mail:</b> dasemusa@hotmail.com	

<b>Código de Atividade:</b> 84.11-6-00	<b>Atividade Principal:</b> Administração Pública em geral	<b>Início vigência do CUSD:</b> 17/05/2018 a 16/05/2019
---	---	--

TENSÃO DO FORNECIMENTO

Nominal V	Contratada V
2,3	2,3
<b>Modalidade Tarifária:</b> Grupo B	



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



**CONSIDERANDO QUE:**

- a) o uso e a conexão do sistema de distribuição de energia elétrica, ora contratado, será regido pelas disposições das Leis nº 9.074, de 07 de julho de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648 de 27 de maio de 1998; nº 10.438, de 26 de abril de 2002; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nos Decretos nº 2.655/98, nº 2.003/96, nº 5.163/04, na Resolução Normativa ANEEL nº 506/2012, na Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, na Resolução Normativa nº 687/2015, na Resolução Normativa ANEEL nº 714/2016, ainda, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, pelos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e por padrões técnicos da DISTRIBUIDORA;
- b) a DISTRIBUIDORA na qualidade de concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e usuária da REDE BÁSICA, que opera e mantém INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA na sua área de concessão, que estão conectadas ao SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL;
- c) o CONSUMIDOR é responsável por instalações que são conectadas ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;
- d) as regras técnicas e operacionais aplicáveis ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e às INSTALAÇÕES DE CONEXÃO estabelecidas pelos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, pelas NORMAS E PADRÕES DA DISTRIBUIDORA, e pela legislação aplicável, devem ser observadas na execução do presente CONTRATO;
- e) As partes têm entre si, justo e acordado, a celebração do presente **CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD**, doravante denominado simplesmente “CONTRATO”, vinculado à **Dispensa de Licitação nº 08.00080-000/2018**, fundamentada no inciso XXII, artigo 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sujeitando-se, os contratantes, às normas disciplinares previstas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, disposições da Resolução nº 414/10, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e suas alterações, pelos demais regulamentos presentes e futuros que disciplinam a prestação do Serviço de Energia Elétrica, aos quais se vincula o presente contrato, o fazendo mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO CONTRATO:**

Para o efeito de permitir o entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO, ficam desde já acordadas entre as PARTES as definições grafadas em maiúsculas dos seguintes vocábulos e expressões:

- (a) **ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas, entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 1940, reconhecida como Fórum Nacional de Normalização – ÚNICO – por meio da Resolução nº 07 do CONMETRO, de 24 de agosto de 1992, responsável pela normalização técnica no Brasil;
- (b) **ACESSO EM CARÁTER PERMANENTE:** utilização do sistema elétrico para a conexão de instalações do acessante, individualmente ou associado, mediante o ressarcimento dos custos de uso e de conexão;
- (c) **ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO:** processo que corresponde à investigação das causas e dos responsáveis pelos distúrbios experimentados no SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA, (geração, transmissão e distribuição), englobando as etapas de detecção do defeito, interrupção e recomposição do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, envolvendo a ação coordenada das equipes de Operação, Estudos Elétricos e Proteção e Controle dos agentes envolvidos;
- (d) **ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 9.427/96, de 26 de dezembro de 1996, que tem por finalidade regular, mediar e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- (e) **AUTORIDADE COMPETENTE:** Significa (a) qualquer autoridade federal, estadual ou municipal brasileira, (b) qualquer juízo ou tribunal no Brasil ou (c) quaisquer repartições, entidades, agências ou órgãos governamentais brasileiros, incluindo, mas não se limitando à ANEEL, que exerçam ou detenham o



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



poder de exercer autoridade administrativa, regulatória, executiva, judicial ou legislativa sobre qualquer uma das PARTES ou matérias deste CONTRATO, inclusive, mas não se limitando as matérias relacionadas a energia, imóveis, zoneamento, tributos, meio ambiente, economia e relações trabalhistas;

(f)CAPACIDADE CONEXÃO: máximo carregamento definido para regime normal de operação e de emergência, a que os equipamentos das subestações, linhas de transmissão e linhas de distribuição podem ser submetidos sem sofrer danos ou perda adicional de vida útil;

(g)CAPACIDADE OPERATIVA: máximo carregamento definido para regime normal de operação e de emergência, a que os equipamentos das subestações, linhas de transmissão e linhas de distribuição podem ser submetidos, sem sofrer danos ou perda adicional de vida útil;

(h)CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR: Define-se como qualquer fato imprevisível que esteja fora do controle de qualquer das PARTES deste CONTRATO, ou, se previsível, que esteja fora do controle de qualquer das PARTES e cujos efeitos não possam ser evitados por tal PARTE, inclusive, sem restrição: (a) cataclismos, eventos que afetem o cumprimento das obrigações de natureza física da CERON relativo à geração e a circulação da energia elétrica contratada, condições meteorológicas excepcionais e imprevisíveis, acidentes nas instalações próprias ou de terceiros supridores de energia ao sistema da CERON, aí incluindo as instalações da REDE BÁSICA, impedimentos legais ou outras razões alheias à vontade da CERON, ou ainda por determinação dos Poderes Públicos, guerras declaradas, tumultos, terremotos, ação de silvícolas, e (b) aplicação de leis, regulamentos e medidas governamentais ou administrativas. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR não inclui dificuldades econômicas ou alteração das condições de mercado. Sob nenhuma circunstância, eventos que resultem do descumprimento por quaisquer PARTES de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais exigências legais, ou que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão serão havidos por hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(i)CONSUMIDOR – Pessoa Física ou Jurídica de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento, a contratação de energia ou uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à (s) sua (s) unidade (s) CONSUMIDORA (s), segundo disposto nas Normas e Regulamentos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e nos contratos, sendo:

(j)DISTRIBUIDORA: Agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de energia elétrica;

(k)ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: valor devido pelo CONSUMIDOR quando se conecta a instalações de propriedade da distribuidora, calculado com base em custos associados às instalações de responsabilidade do CONSUMIDOR, os quais são definidos de acordo com a regulamentação relativa a cada tipo de CONSUMIDOR;

(l)EXIGÊNCIAS LEGAIS: Qualquer lei, regulamento, ato normativo ou qualquer ordem, diretriz, decisão ou orientação de AUTORIDADE COMPETENTE;

(m)IGPM: Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou, no caso de sua extinção, outro índice com função similar que venha a substituí-lo por acordo entre as PARTES;

(n)INSTALAÇÕES DE CONEXÃO: Instalações e equipamentos com a finalidade de interligar as instalações próprias do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, compreendendo o PONTO DE CONEXÃO e eventuais instalações de interesse restrito;

(o)LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Obrigatoriedade de cumprimento a qualquer lei ou ato legal oriundo de qualquer AUTORIDADE COMPETENTE, com desdobramentos cabíveis neste CONTRATO;

(p)MEDIÇÃO DE FATURAMENTO: Significa os equipamentos principais e acessórios destinados à medição dos dados de demanda para apuração dos ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e os



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



dados para contabilização e liquidação da energia elétrica no âmbito da CCEE;

(q) **NORMAS E PADRÕES DA DISTRIBUIDORA:** normas, padrões e procedimentos técnicos praticados pela DISTRIBUIDORA, que apresentam as especificações de materiais e equipamentos necessários para a efetivação da conexão, e estabelecem os requisitos e critérios de projeto, montagem, construção, operação, proteção e manutenção dos SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, específicos às peculiaridades do respectivo sistema;

(r) **NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA:** é um documento formal destinado a comunicar as PARTES acerca de controvérsias que versem sobre as disposições deste CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

(s) **PORTE:** A DISTRIBUIDORA ou o CONSUMIDOR (essas referidas em conjunto como PARTES);

(t) **PONTOS DE MEDIÇÃO:** pontos elétricos, onde serão medidos os MONTANTES DE USO e a ENERGIA DE USO, para determinação dos ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DA DISTRIBUIÇÃO;

(u) **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO:** conjunto de normas aprovado e homologado pela ANEEL, que estabelece os critérios e os requisitos técnicos e operacionais para o planejamento, a implantação, o acesso, o uso, a medição dos sistemas de distribuição, as penalidades por descumprimento de compromissos assumidos por USUÁRIOS, bem como as responsabilidades a serem assumidas pelos diversos USUÁRIOS dos SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO.

(v) **PROCEDIMENTOS DE REDE:** são os documentos elaborados pelo ONS, com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e os requisitos técnicos para o planejamento, a implantação, o uso e a operação do sistema elétrico, bem como as penalidades pelo descumprimento dos compromissos assumidos pelos diversos agentes usuários do SISTEMA;

(w) **REDE BÁSICA:** Instalações pertencentes ao SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela ANEEL;

(x) **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:** instalações destinadas à distribuição de energia elétrica componentes dos ativos da área de concessão ou permissão da DISTRIBUIDORA;

(y) **SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA:** instalações dos sistemas de geração, transmissão, distribuição e dos CONSUMIDORES LIVRES conectados à REDE BÁSICA;

(z) **SISTEMA DE TRANSMISSÃO:** instalações e equipamentos de transmissão integrantes da REDE BÁSICA, bem como as conexões e demais instalações de transmissão pertencentes a uma concessionária de transmissão de energia elétrica;

(aa) **SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN:** composto pelos sistemas de transmissão de distribuição de propriedade das diversas empresas das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela ANEEL e, no que couber, à operação e coordenação do ONS;

(bb) **SUBGRUPO AS:** Grupamento composto de UNIDADE CONSUMIDORA com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV, a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo em caráter opcional;

(cc) **TRIBUTOS:** significa todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultados de uma das PARTES, tal exclusão abrangendo o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras; e

(dd) **UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto de instalações e equipamentos elétricos caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um único ponto de conexão, com medição individualizada,



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

(ee)USUÁRIOS: todos os agentes, incluindo consumidores, geradores de energia, concessionários de serviço público de energia elétrica, os permissionários e os autorizados de serviços ou instalações de energia elétrica, conectados, direta ou indiretamente, ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e que venham a fazer uso deste sistema por ciência e concordância formalizada da DISTRIBUIDORA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto o estabelecimento das condições, procedimentos, direitos e obrigações e responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o uso pelo CONSUMIDOR do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de propriedade da DISTRIBUIDORA, que, por seu conteúdo de natureza regulamentar, ficam sujeitas às alterações que eventualmente venham a ser efetivadas pela ANEEL, as quais serão de acatamento obrigatório e imediato pelas PARTES.

**CLÁUSULA TERCEIRA – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA E DO PONTO DE ENTREGA**

3.1. O quadro abaixo discrimina as características da UNIDADE CONSUMIDORA do CLIENTE:

<b>Código Único</b>	<b>Atividade Exercida</b>	<b>Endereço</b>	<b>Município Estado</b>	<b>Características da Forma de Contratação de Energia</b>
1.167.177-7	86.11-6-00	LH C 01 BR 319 S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.306.099-3	86.11-6-00	BARCO HOSP. FLORIANO R FILHO SEMUSA PRAÇA M.S/N - CENTRO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.042.592-3	86.11-6-00	AV. EQUADOR Nº 2212 - NOVA PORTO VELHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.329.608-6	86.11-6-00	AV. GUAPORÉ Nº 3929 - AGENOR DE CARVALHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.204.226-9	86.11-6-00	RUA PALMEIRA Nº 2QUADRA Z1	NOVA MUTUM PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.001.250-5	86.11-6-00	RUA PADRE CHIQUINHO S/N	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.180.776-8	86.11-6-00	RM ALIANÇA S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.158.790-3	86.11-6-00	ET. CACHOEIRA DO TEOTÔNIO -S/N -ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.272.462-6	86.11-6-00	R. ANCELMO DE LACERDA – Nº 300	DEMARCAÇÃO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.047.390-4	86.11-6-00	LINHA TRANSPURUS S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.133.422-3	86.11-6-00	LINHA NOVA ALIANÇA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.204.224-2	86.11-6-00	RUA PALMEIRAL – S/N - QUADRA Z1	NOVA MUTUM PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.043.853-0	86.11-6-00	ET. JATUARANA S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.043.861-0	86.11-6-00	ET. JATUARANA S/N, KM 41	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



		ZONA RURAL		
1.154.801-0	86.11-6-00	R. BENEDITO RABELO -S/N - ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.315.362-2	86.11-6-00	R. DO COQUEIRO – S/N - TERRA CAIDA B. MADEIRA	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.229.807-7	86.11-6-00	ESTRADA DA VIÇOSA – BAIRRO VIÇOSA ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.271.225-3	86.11-6-00	AV. LOBLEIM, Nº 313	VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.236.207-7	86.11-6-00	Rua: Amarildo Cordeiro – S/N	UNIÃO BANDEIRANTES	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.334.772-1	86.11-6-00	RD BR 319 - S/N -ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.688.924-7	86.11-6-00	AV.: PRINCIPAL, S/N	EXTREMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.712-1	86.11-6-00	RUA VENEZUELA, 2342, EMBRATEL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.073.040-8	86.11-6-00	AV. JORGE TEIXEIRA 1899 LIBERDADE	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.159.589-2	86.11-6-00	RM DO JACU – 124 - ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.166.337-2	86.11-6-00	AV. BARAO DO RIO BRANCO	VILA DE ABUNA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.952-3	86.11-6-00	RUA VICTOR FERREIRA MANAHIBA - S/N -AGENOR DE CARVALHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.166.760-5	86.11-6-00	ET. 28 DE NOVEMBRO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.062.451-1	86.11-6-00	RM ALIANÇA S/NKM 42	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.079.787-4	86.11-6-00	R.:ANDREIA 6626, APONIÃ	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.857-8	86.11-6-00	R. TANCREDO NEVES, 600, CALADINHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.210.336-2	86.11-6-00	R. SÃO SEBASTIÃO 1200	VILA DE CALAMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.292.243-9	86.11-6-00	RUA LUIS HUMBELINO S/N	VILA DE CALAMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.308.827-8	86.11-6-00	RAMAL CUJUBIM GRANDE EST. 29 KM 9 - S/N	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.310.124-0	86.11-6-00	AV. JOSÉ VIEIRA CAÛLA S/N IGARAPÉ	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.277.840-8	86.11-6-00	R. DO ABUNÃ 108	EXTREMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.202.544-5	86.11-6-00	RUA DO ABUNA S/N	EXTREMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



1.231.716-0	86.11-6-00	RUA TIRADENTES S/N	FORTALEZA DO ABUNA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.142.724-5	86.11-6-00	AV. FORTALEZA DO ABUNÃ,S/N	FORTALEZA DO ABUNA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.144.462-0	86.11-6-00	RD BR 364 – S/N	JACY PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.144.809-9	86.11-6-00	R. SEBASTIÃO GOMES S/N	JACY PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.135.959-5	86.11-6-00	R. ROSALINA GOMES 9870 MARIANA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.688.987-5	86.11-6-00	R. CAMPO GRANDE 357	NOVA CALIFORNIA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.279.092-0	86.11-6-00	R. ITAPORÁ 407	NOVA CALIFORNIA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.832-2	86.11-6-00	AV. JATUARANA 3522	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.345.263-0	86.11-6-00	RUA JOÃO PAULO 1 S/N –NOVO HORIZONTE	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.826-8	86.11-6-00	AV. CAMPOS SALES, 841, AREAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.073.033-5	86.11-6-00	R. PADRE ANGELO CERRI,3420, LIBERDADE	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.334.443-9	86.11-6-00	R. MAGNO ARSOLINO S/N CIDADE NOVA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.305.113-7	86.11-6-00	RODOVIA BR 364 S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.115.863-8	86.11-6-00	ESTRADA DO SANTO ANTÔNIO S/N TRIÂNGULO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.161.835-0	86.11-6-00	R. PADRE CHIQUINHO S/N	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.323.689-7	86.11-6-00	R. CASTRO ALVES 5899 SÃO SEBASTIÃO 1	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.094.552-0	86.11-6-00	R. MANÉ GARRINCHA S/N SOCIALISTA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.263.188-4	86.11-6-00	RUA FRANCISCO FONTINELLI 111 VILA PRINCESA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.027.535-5	86.11-6-00	RUA A O LIMA S/N	VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.033.854-0	86.11-6-00	RUA DUQUE DE CAXIAS 1960 SÃO CRISTÓVÃO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público
1.156.843-7	86.11-6-00	RUA LC. CUNIÃ S/N	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.412.279-0	86.11-6-00	ET 28 DE NOVEMBRO, KM22, POSTE269 , ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.405.696-8	86.11-6-00	AV. TIRADENTES S/N	DISTRITO DE RIO PARDO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.408.484-8	86.11-6-00	RUA BURITIS 1878	DISTRITO DE RIO PARDO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



3.2. O quadro abaixo discrimina as características do PONTO DE ENTREGA:

<b>Código Único</b>	<b>Localização</b>	<b>Tensão Nominal de Fornecimento</b>	<b>Tensão Contratada</b>
1.167.177-7	LH C 01 BR 319 S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.306.099-3	BARCO HOSP. FLORIANO R FILHO SEMUSA PRAÇA M.S/N - CENTRO	127/220 V	127/220 V
0.042.592-3	AV. EQUADOR Nº 2212 - NOVA PORTO VELHO	127/220 V	127/220 V
1.329.608-6	AV. GUAPORÉ Nº 3929 - AGENOR DE CARVALHO	127/220 V	127/220 V
1.204.226-9	RUA PALMEIRA Nº 2QUADRA Z1	127/220 V	127/220 V
0.001.250-5	RUA PADRE CHIQUINHO S/N	127/220 V	127/220 V
1.180.776-8	RM ALIANÇA S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.158.790-3	ET. CACHOEIRA DO TEOTÔNIO -S/N -ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.272.462-6	R. ANCELMO DE LACERDA – Nº 300	127/220 V	127/220 V
1.047.390-4	LINHA TRANSPURUS S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.133.422-3	LINHA NOVA ALIANÇA	127/220 V	127/220 V
1.204.224-2	RUA PALMEIRAL – S/N - QUADRA Z1	127/220 V	127/220 V
1.043.853-0	ET. JATUARANA S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.043.861-0	ET. JATUARANA S/N, KM 41 ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.154.801-0	R. BENEDITO RABELO -S/N - ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.315.362-2	R. DO COQUEIRO – S/N - TERRA CAIDA B. MADEIRA	127/220 V	127/220 V
1.229.807-7	ESTRADA DA VIÇOSA – BAIRRO VIÇOSA ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.271.225-3	AV. LOBLEIM, Nº 313	127/220 V	127/220 V
1.236.207-7	RUA: AMARILDO CORDEIRO, S/N	127/220 V	127/220 V
1.334.772-1	RD BR 319 - S/N -ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.688.924-7	AV.: PRINCIPAL, S/N	127/220 V	127/220 V
0.072.712-1	RUA VENEZUELA, 2342, EMBRATEL	127/220 V	127/220 V
0.073.040-8	AV. JORGE TEIXEIRA 1899 LIBERDADE	127/220 V	127/220 V
1.159.589-2	RM DO JACU – 124 - ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.166.337-2	AV. BARAO DO RIO BRANCO	127/220 V	127/220 V



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



0.072.952-3	RUA VICTOR FERREIRA MANAHIBA - S/N -AGENOR DE CARVALHO	127/220 V	127/220 V
1.166.760-5	ET. 28 DE NOVENBRO	127/220 V	127/220 V
1.062.451-1	RM ALIANÇA S/NKM 42	127/220 V	127/220 V
1.079.787-4	R.:ANDREIA 6626, APONIA	127/220 V	127/220 V
0.072.857-8	R. TANCREDO NEVES, 600, CALADINHO	127/220 V	127/220 V
0.210.336-2	R. SÃO SEBASTIÃO 1200	127/220 V	127/220 V
1.292.243-9	RUA LUIS HUMBELINO S/N	127/220 V	127/220 V
0.308.827-8	RAMAL CUJUBIM GRANDE EST. 29 KM 9 - S/N	127/220 V	127/220 V
0.310.124-0	AV. JOSÉ VIEIRA CAULA S/N IGARAPÉ	127/220 V	127/220 V
0.277.840-8	R. DO ABUNÃ 108	127/220 V	127/220 V
1.202.544-5	RUA DO ABUNA S/N	127/220 V	127/220 V
1.231.716-0	RUA TIRADENTES S/N	127/220 V	127/220 V
0.142.724-5	AV. FORTALEZA DO ABUNÃ,S/N	127/220 V	127/220 V
0.144.462-0	RD BR 364 – S/N	127/220 V	127/220 V
0.144.809-9	R. SEBASTIÃO GOMES S/N	127/220 V	127/220 V
1.135.959-5	R. ROSALINA GOMES 9870 MARIANA	127/220 V	127/220 V
0.688.987-5	R. CAMPO GRANDE 357	127/220 V	127/220 V
0.279.092-0	R. ITAPORÁ 407	127/220 V	127/220 V
0.072.832-2	AV. JATUARANA 3522	127/220 V	127/220 V
1.345.263-0	RUA JOÃO PAULO 1 S/N –NOVO HORIZONTE	127/220 V	127/220 V
0.072.826-8	AV. CAMPOS SALES, 841, AREAL	127/220 V	127/220 V
0.073.033-5	R. PADRE ANGELO CERRI,3420, LIBERDADE	127/220 V	127/220 V
1.334.443-9	R. MAGNO ARSOLINO S/N CIDADE NOVA	127/220 V	127/220 V
0.305.113-7	RODOVIA BR 364 S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.115.863-8	ESTRADA DO SANTO ANTÔNIO S/N TRIÂNGULO	127/220 V	127/220 V
0.161.835-0	R. PADRE CHIQUINHO S/N	127/220 V	127/220 V
0.323.689-7	R. CASTRO ALVES 5899 SÃO SEBASTIÃO 1	127/220 V	127/220 V
1.094.552-0	R. MANÉ GARRINCHA S/N SOCIALISTA	127/220 V	127/220 V
1.263.188-4	RUA FRANCISCO FONTINELLI 111 VILA PRINCESA	127/220 V	127/220 V
1.027.535-5	RUA O LIMA S/N	127/220 V	127/220 V
0.033.854-0	RUA DUQUE DE CAXIAS 1960 SÃO CRISTOVÃO	127/220 V	127/220 V



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



1.156.843-7	RUA LC. CUNIÃ S/N	127/220 V	127/220 V
1.412.279-0	ET 28 DE NOVEMBRO, KM22, POSTE269, ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.405.696-8	AV. TIRADENTES S/N	127/220 V	127/220 V
1.408.484-8	RUA BURITIS 1878	127/220 V	127/220 V

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, de acordo com o art. 57, parágrafo II da Lei 8.666/93 e suas alterações, a critério da CONSUMIDORA, desde que previamente justificado e autorizado pelo ordenador da despesa, mediante elaboração do correspondente termo aditivo;

4.2. O CONTRATO será prorrogado automaticamente e sucessivamente por igual período, caso não haja manifestação das PARTES para rescindi-lo, em conformidade com a Cláusula 13ª do presente CONTRATO, desde que o CONSUMIDOR não expresse manifestação em contrário, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término de cada vigência.

4.3. Quaisquer modificações supervenientes na legislação que regulamenta as condições de acesso e uso do sistema de distribuição e transmissão que venham a repercutir neste CONTRATO considerar-se-ão automática e imediatamente aplicáveis.

**CLÁUSULA QUINTA – NORMAS, LEIS E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS**

5.1. A DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR comprometem-se a seguir e respeitar a legislação, os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, os PROCEDIMENTOS DE REDE, os PADRÕES TÉCNICOS DA DISTRIBUIDORA, o ACORDO OPERACIONAL, as limitações operativas dos equipamentos das PARTES, e as regulamentações da ANEEL que estabeleçam procedimentos operacionais cabíveis a este CONTRATO.

5.2. O detalhamento das atribuições, responsabilidades e procedimentos necessários para o relacionamento técnico-operacional entre as PARTES, referente às INSTALAÇÕES DE CONEXÃO e PONTOS DE CONEXÃO objeto do presente CONTRATO, não explicitado neste CONTRATO ou nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, será estabelecido no ACORDO OPERACIONAL.

5.3. Aplicam-se a este CONTRATO as normas legais relativas à prestação de serviços públicos de energia elétrica, vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pela ANEEL.

**CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO**

6.1. A medição de energia elétrica, em todos os seus parâmetros, será efetuada através dos equipamentos de medição fornecidos e instalados pela DISTRIBUIDORA na unidade CONSUMIDORA cabendo ao consumidor preparar o local para recebimento desses equipamentos, devendo ser de fácil acesso, com iluminação, ventilação e condições de segurança adequadas, de acordo com as normas e padrões da DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Primeiro:** A DISTRIBUIDORA periodicamente efetuará verificação dos equipamentos de medição instalada na unidade CONSUMIDORA, segundo critérios estabelecidos na legislação metrológica, devendo o consumidor assegurar o livre acesso dos inspetores credenciados aos locais em que os equipamentos estejam instalados. Aferições extras poderão ser efetuadas por solicitação do CONSUMIDOR a qualquer tempo, cabendo, porém, a esse, as despesas decorrentes, se constatar que os medidores aferidos se encontram dentro das margens de tolerância de erro admitidas nas especificações do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e/ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta destas, em norma internacional tradicionalmente aceita.

**Parágrafo Segundo:** Ficará a critério de a DISTRIBUIDORA escolher os medidores, padrões de aferição e demais equipamentos de medição que julgar necessários, assim como sua substituição ou reprogramação,



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



quando considerados convenientes ou necessários observados os critérios estabelecidos na legislação metrológicas aplicáveis a cada equipamento.

**Parágrafo Terceiro:** Os lacres instalados nos medidores e demais equipamentos de medição, caixas e cubículos somente poderão ser rompidos por representante credenciado da DISTRIBUIDORA, ficando o consumidor responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia desses equipamentos, quando instalados no interior da unidade CONSUMIDORA, ou, se por solicitação formal do consumidor, os equipamentos forem instalados em área externa da mesma.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PERÍODO DE LEITURA DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO**

7.1. Periodicamente, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observado o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias, a DISTRIBUIDORA efetuará a leitura dos instrumentos de medição, de acordo com o calendário respectivo.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS**

8.1. A DISTRIBUIDORA emitirá, mensalmente, faturas relativas ao fornecimento de energia elétrica ao CONSUMIDOR, devendo, para o cálculo destas faturas, observar, as cláusulas deste Contrato e Aditivos contratuais quando houver, a legislação em vigor e as tarifas fixadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, bem como as demais orientações emanadas pelo órgão regulador do setor elétrico.

**Parágrafo Primeiro:** A fatura de energia elétrica será entregue mensalmente no endereço da unidade CONSUMIDORA ou outro local previamente ajustado entre as partes, comprometendo-se o CONSUMIDOR a efetuar o pagamento, até a data do seu respectivo vencimento.

**Parágrafo Segundo:** O prazo para pagamento das faturas não será afetado por discussões entre as partes, sobre questões de cálculo, devendo a diferença, quando houver, ser paga ou devolvida por processamento independente, a quem de direito.

**Parágrafo Terceiro:** Sobre qualquer soma contestada, que venha posteriormente a ser acordada e definida como sendo devida pelas PARTES, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9ª (Mora no Pagamento dos Encargos de Uso e Seus Efeitos) deste CONTRATO, excetuando-se a multa. Os juros incidirão desde a data do vencimento até a data do pagamento, excluído o dia do pagamento.

**Parágrafo Quarto:** O faturamento do fornecimento de energia elétrica à unidade CONSUMIDORA, objeto deste contrato, será efetuado com base um único valor, correspondente a energia elétrica ativa medida no período de faturamento;

**Parágrafo Quinto:** Comprovada deficiência no medidor ou demais equipamentos de medição e na impossibilidade de determinar os montantes faturáveis por meio de avaliação técnica adequada, a DISTRIBUIDORA adotará, como valores faturáveis de consumo de energia elétrica, as respectivas médias aritméticas dos 12 (dozes) últimos faturamentos normais disponíveis.

**CLÁUSULA NONA – DA MORA NO PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO E SEUS EFEITOS**

9.1. Fica caracterizada a mora quando o CONSUMIDOR, por sua culpa, deixar de liquidar quaisquer das faturas devidas nos termos deste CONTRATO nas respectivas datas de vencimento, de forma a incidir sobre as parcelas em atraso, além da atualização monetária, os seguintes acréscimos:

(a) Juros efetivos de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*; e

(b) Multa de 2% (dois por cento).

9.2. IGPM, do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento, ou no caso da sua extinção, por outro índice com função similar que venha a substituí-lo, desde que previamente acordado entre as PARTES, e acrescido da multa e dos juros previstos no item 9.1, variações negativas do IGPM não serão consideradas.

9.3. Caso o atraso de pagamento seja verificado dentro de um mesmo mês, para os efeitos da



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



aplicação da atualização referida no item 9.1 será utilizada a variação *pro rata die* do IGPM, do mês anterior ao do pagamento.

9.4. Para os efeitos da aplicação da atualização referida nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será considerada nula qualquer variação negativa do ÍNDICE.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO INADIMPLEMENTO:**

10.1. Em caso de inadimplemento, por qualquer das PARTES, de obrigação contida no presente CONTRATO, a PARTE prejudicada deverá notificar a PARTE inadimplente, na forma da Cláusula 18ª, a fim de sanar o respectivo inadimplemento, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação, sob pena de rescisão do presente CONTRATO.

10.2. Para a inadimplência causada pela não liquidação, pelo CONSUMIDOR, dos pagamentos estabelecidos no presente CONTRATO, ficará o CONSUMIDOR sujeito a suspensão dos serviços, objeto deste CONTRATO mediante simples comunicação prévia da DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

10.3. O inadimplemento de qualquer obrigação contido neste CONTRATO, não sanado nos prazos ora pactuado, sujeitará a PARTE inadimplente ao pagamento por obrigação inadimplida, à PARTE prejudicada, de multa equivalente a 10% (dez por cento) do ENCARGO DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO mensal, até o limite de 50% (cinquenta por cento) por mês.

10.4. Nenhuma das PARTES responsabilizar-se-á, uma perante a outra, em relação a danos indiretos e lucros cessantes, decorrentes da execução do presente CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUSPENSÃO**

11.1. A DISTRIBUIDORA poderá suspender imediatamente o serviço, de acordo com os artigos 168, 169 e 170 da Resolução ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, quando verificar a ocorrência, dentre outros amparados por legislação aplicável, de qualquer evento abaixo descrito:

- (a) constatada ligação clandestina que permita a utilização de energia elétrica sem que haja relação de consumo;
- (b) revenda ou fornecimento pela CONSUMIDOR a terceiros da energia disponibilizada e fornecida pela DISTRIBUIDORA, sem autorização federal para tanto; e
- (c) constatada a deficiência técnica de segurança na UNIDADE CONSUMIDORA que caracterize risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico da DISTRIBUIDORA;

11.2. A DISTRIBUIDORA também poderá suspender o serviço, após notificação de prévio aviso ao CONSUMIDOR, na hipótese de verificação da ocorrência das situações previstas nos arts. 171 e 172 da Resolução ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 3º da Lei 8.987/95.

11.3. Após sanada a situação que ensejou qualquer suspensão referida na presente cláusula, a DISTRIBUIDORA restabelecerá o fornecimento de energia elétrica a UNIDADE CONSUMIDORA, desde que a mesma esteja em conformidade com os padrões técnicos de segurança, proteção e operação adotados.

11.4. A suspensão de fornecimento motivada por qualquer hipótese prevista nesta cláusula, ou decorrente de FORÇA MAIOR, nos termos da Cláusula 12ª, não acarretará qualquer responsabilidade a DISTRIBUIDORA, por quaisquer perdas ou lucros cessantes, seja em relação ao CONSUMIDOR ou a terceiros.

11.5. Ressalvado o disposto na Cláusula 16ª (Solução de Controvérsias), a DISTRIBUIDORA poderá desconectar o CONSUMIDOR do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO em caso de mora superior a 60 (sessenta)



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



dias, após prévia comunicação, por escrito, identificando o inadimplemento e estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

12.1. Caso alguma das PARTES não possa cumprir qualquer de suas obrigações, no todo ou em parte, em decorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, deve comunicar o fato de imediato à outra PARTE no prazo de 02 (duas) horas, informando os efeitos danosos do evento e comprovando que o evento contribuiu para o descumprimento de obrigação prevista neste CONTRATO, ressalvadas as obrigações constituídas ou pendentes de cumprimento antes da ocorrência do evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

12.2. A alegação de motivo de CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR deverá ser devidamente comprovada também à ANEEL, demonstrando que as falhas em quaisquer componentes das instalações foram originadas em eventos que extrapolam as especificações de projeto e fabricação, bem como os procedimentos de montagem, construção, comissionamento, operação e manutenção.

12.3. Constatada a ocorrência de CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR, ficam suspensas, enquanto perdurar o evento, as obrigações que as PARTES ficarem impedidas de cumprir.

12.4. Não constituem hipóteses de força maior os eventos abaixo indicados: (a) dificuldades econômicas e/ou alteração das condições de mercado; (b) demora no cumprimento por qualquer das PARTES de obrigação contratual; (c) eventos que resultem do descumprimento por qualquer parte de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais EXIGÊNCIAS LEGAIS; ou (d) eventos que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

13.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

(i) mediante acordo entre as PARTES;

(ii) pelo CONSUMIDOR, em caso de continuidade de um CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, nos termos da Cláusula 12ª, que impossibilite a DISTRIBUIDORA de cumprir a obrigações previstas neste CONTRATO por período superior a 180 (cento e oitenta) dias;

(iii) por uma das PARTES, em caso de não cumprimento pela outra PARTE, de qualquer uma das Cláusulas avençadas neste CONTRATO e/ou da legislação específica dos serviços de energia elétrica, desde que descumprido o prazo para sanar o referido inadimplemento;

(iv) pela DISTRIBUIDORA, na hipótese do inadimplemento de pagamento pela CONSUMIDOR perdurar por 60 (sessenta) dias ininterruptos; e

(v) pelo CONSUMIDOR, mediante comunicação prévia e expressa à DISTRIBUIDORA com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término de cada vigência;

13.2. A rescisão do presente CONTRATO, em qualquer hipótese, não libera as PARTES das obrigações devidas até a sua data e não afeta ou limita qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em pleno vigor e efeito após a data de rescisão ou que dela decorra.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO:**

14.1. Indenizações por danos diretos causados por uma PARTE à outra ou a USUÁRIOS que se fizerem devidas, nos termos da legislação em vigor, causadas por perturbações no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, nas INSTALAÇÕES DE CONEXÃO e nas instalações de demais USUÁRIOS, serão custeadas pelo(s) responsável (is) da perturbação, tal como venha a ser apurado, por meio de um processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO, a ser conduzido pela DISTRIBUIDORA conforme procedimentos e prazos estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e no ACORDO OPERATIVO.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



14.2. Na hipótese da necessidade de pagamento dos custos advindos de danos materiais causados a USUÁRIOS e devidos pela ACESSANTE em razão do disposto no item 14.1 desta cláusula, este será realizado, após a apresentação, por escrito, dos seguintes documentos: (i) comprovação da ocorrência do dano; (ii) comprovação do efetivo pagamento pela DISTRIBUIDORA, acompanhados, conforme for o caso de:

(a) comprovação do trânsito em julgado da correspondente sentença ou acórdão que determine tal pagamento; ou

(b) determinação da ANEEL, em conformidade com a legislação vigente, de tal pagamento, juntamente com qualquer documento adicional que se faça necessário em função de tal determinação da ANEEL, ou

(c) comprovação de celebração de acordo judicial ou extrajudicial, realizado entre a DISTRIBUIDORA e USUÁRIOS, para ressarcimento aos danos materiais sofridos por estes USUÁRIOS e causados pelo CONSUMIDOR.

14.3. Na hipótese da necessidade de pagamento dos custos advindos de danos materiais causados por uma PARTE a outra PARTE, este será realizado após a apresentação da correspondente fatura pela PARTE prejudicada.

14.4. Os valores previstos no item 14.1 desta Cláusula serão atualizados monetariamente pela variação acumulada, *pro rata die* do IGPM, mensalmente, considerando-se nula qualquer variação negativa do IGPM. No caso de extinção do IGPM os referidos valores serão atualizados monetariamente por outro índice com função similar, que venha a substituí-lo, previamente acordado entre as PARTES.

14.5. Sem prejuízo do disposto nos Itens anteriores, as Partes convencionam que a Parte prejudicada poderá exigir indenização suplementar, desde que se prove o prejuízo excedente.

14.6. Caso as PARTES não cheguem a um consenso quanto à alocação da causa e/ou origem da perturbação no âmbito do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, o processo deverá ser remetido, pela DISTRIBUIDORA, para ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO a ser coordenada pelo ONS, para que seja possível verificar a causa e a origem da perturbação e, em sendo possível, o seu responsável.

14.7. Caso o processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO coordenado pelo ONS referido no item 14.6 desta Cláusula atribua a DISTRIBUIDORA a causa ou a responsabilidade pela perturbação, o CONSUMIDOR não será responsável pelo pagamento de quaisquer indenizações relacionadas a tal perturbação.

14.8. Caso o processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO coordenado pelo ONS referido no item 14.6 desta Cláusula atribua ao CONSUMIDOR a causa ou a responsabilidade pela perturbação, a DISTRIBUIDORA não será responsável pelo pagamento de quaisquer indenizações relacionadas a tal perturbação.

14.9. Caso o processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO coordenado pelo ONS referido no item 14.6 desta Cláusula não atribua a causa ou a responsabilidade pela perturbação à DISTRIBUIDORA ou ao CONSUMIDOR ou a outros agentes do SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL, não contribuindo o processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO em questão com elementos que, no entendimento das PARTES, permitam a continuidade da mesma, as PARTES poderão determinar o encerramento da ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO. Neste caso, as PARTES reconhecem e concordam que as mesmas não serão responsáveis pelo pagamento de quaisquer indenizações relacionadas a tal perturbação.

14.10. Caso o processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO coordenado pelo ONS referido no item 14.6 desta Cláusula identifique ser de ORIGEM SISTÊMICA ou de responsabilidade de outros agentes do SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL a causa da perturbação, a ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO estará automaticamente encerrada e serão aplicadas as disposições da legislação em vigor quanto aos ressarcimentos de responsabilidade da DISTRIBUIDORA e as disposições contidas no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado pela DISTRIBUIDORA com o ONS, no que se refere ao pagamento de



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



indenizações referentes a perturbações de ORIGEM SISTÊMICA ou de responsabilidade comprovada de outros agentes do SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL.

14.11. As PARTES se reservam o direito de solicitar à ANEEL a revisão do resultado da ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO ou da verificação da causa e da origem da perturbação e, em sendo possível, do seu responsável, pelo ONS.

14.12. Os prejuízos decorrentes de danos materiais diretos reclamados pelo CONSUMIDOR, atribuíveis a interrupções, variações de tensão ou perturbações do fornecimento de energia serão indenizados, desde que comprovada a responsabilidade da DISTRIBUIDORA, conforme apurado pela ANÁLISE DA PERTURBAÇÃO, excluindo-se, contudo, a responsabilidade da DISTRIBUIDORA nos seguintes casos:

(a) as interrupções programadas, desde que dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Módulo 8 do PRODIST;

(b) as interrupções dentro dos limites estabelecidos nos índices a que se refere o item 15.2.;

(c) as variações ou perturbações do fornecimento de energia elétrica dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL;

(a) as interrupções e perturbações atribuíveis a CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA QUALIDADE DA ENERGIA:**

15.1. A DISTRIBUIDORA deve manter serviços adequados de operação, conservação e manutenção de suas instalações.

15.2. A DISTRIBUIDORA, conforme legislação aplicável obriga-se, ainda, a manter os índices mínimos de qualidade relativos aos serviços de distribuição, estabelecidos pela ANEEL, até o MUSD CONTRATADO, não se responsabilizando por danos causados quando de uso de montantes superiores aos contratados.

15.3. Caso fique comprovado o não atendimento, pela DISTRIBUIDORA, dos referidos índices mínimos de qualidade, a mesma se sujeita ao pagamento das penalidades previstas na legislação aplicável.

15.4. Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída à DISTRIBUIDORA, por prejuízos que o CONSUMIDOR eventualmente sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

15.5. O CONSUMIDOR deve realizar a operação e manutenção do PONTO DE CONEXÃO de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais CONSUMIDORES.

15.6. O CONSUMIDOR deve informar previamente à DISTRIBUIDORA todas as modificações em equipamentos em suas instalações de conexão que alterem as suas características técnicas inclusive projetos de eficiência energética e dependerá da aprovação prévia, de forma expressa da DISTRIBUIDORA, para efetivar as modificações pretendidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

16.1. Caso haja qualquer disputa ou questão relativa ao presente CONTRATO, as PARTES, desde já, se comprometem a enviar esforços para resolver a questão de maneira amigável, mantendo, para tanto, negociações para atingirem uma solução justa e satisfatória para ambas, em um prazo de até 15 (quinze) dias.

16.2. A declaração de controvérsia por uma das PARTES não a dispensa do cumprimento da obrigação contratual assumida, procedendo-se os acertos que se fizerem necessários ao final do processo de negociação ou de solução de conflitos adotado.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



16.3. As controvérsias não solucionadas na forma do item 16.1 desta Cláusula poderão, mediante acordo entre as PARTES, ser submetidas à mediação da ANEEL, ou, caso necessário, pela apreciação do Poder Judiciário, no foro de eleição do CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. Os recursos necessários para execução dos serviços são provenientes de recursos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA, e correrão à conta da seguinte Programação Orçamentária:

Programa/Atividade Código nº: 08.31.1030103172.664 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.3900, Fonte: 01.07, Recursos do Tesouro - Transferência, conforme Nota de Empenho Estimativa nº 000345, de 11.04.2018, no valor de R\$ 254.076,70 (duzentos e cinquenta e quatro mil, e setenta e seis reais e setenta centavos).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

A SEMUSA providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Para os casos omissos no presente contrato ou eventuais divergências, quanto ao fornecimento de energia elétrica, prevalecerão às condições gerais das normas e disposições regulamentares em vigor, cabendo ainda, em últimas instâncias, recursos junto à Ouvidoria CERON e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

19.2. Quaisquer modificações supervenientes na referida legislação, que venham repercutir nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, considerar-se-ão automaticamente aplicáveis a esse contrato.

**Parágrafo Primeiro:** A DISTRIBUIDORA coloca à disposição do consumidor exemplar da Resolução referente às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, descritivo de Tarifas em vigor, Normas e Padrões da DISTRIBUIDORA, para conhecimento ou consulta quando julgar necessário. Disponibiliza, também, em todas as lojas de atendimento CERON, livro próprio para possibilitar a manifestação do consumidor, por escrito, quando assim interessar.

**Parágrafo Segundo:** Os direitos e obrigações decorrentes do contrato se transmitem aos sucessores e cessionários das partes contratantes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita pelo consumidor terá validade, se antes não for formalmente aceita pela DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Terceiro:** A partir da data do início do fornecimento ficam revogados outros contratos anteriormente celebrados entre as partes para estes mesmos fins.

**Parágrafo Quarto:** Fica assegurado ao consumidor, dentre outros, o direito de receber o ressarcimento pelos danos aos equipamentos elétricos causados em função do serviço concedido, desde que comprovada a responsabilidade da DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Quinto:** Qualquer comunicação de uma PARTE à outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por correio, fax ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes indicados pelas PARTES.

**Parágrafo Sexto:** Todas as Cláusulas deste CONTRATO são autônomas, de modo que a eventual nulidade de quaisquer dispositivos de uma Cláusula ou da totalidade de uma Cláusula deste CONTRATO não implicará de forma alguma a nulidade das demais Cláusulas deste CONTRATO.

**Parágrafo Sétimo:** Este CONTRATO não poderá ser alterado, inclusive quanto a prorrogações do prazo de vigência do mesmo, nem poderá haver renúncia às suas disposições, exceto se por termo aditivo, observado o disposto na legislação aplicável.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho-RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para um mesmo efeito legal, caso não se atinja uma solução amigável ou não satisfatória à mediação da ANEEL.

E, por estarem às partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito perante as testemunhas abaixo relacionadas, obrigando-se por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipulados.

Porto Velho (RO), 17 de maio de 2018.

Pelo **CONSUMIDOR**:

\_\_\_\_\_  
**Orlando José de Souza Ramires**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA

Pela **DISTRIBUIDORA**:  
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. – CERON

\_\_\_\_\_  
**Fernando Tupan Coragem**  
Gerente do Dpto de Atendimento aos Clientes

\_\_\_\_\_  
**Tércia Marília Martins Brasil**  
Gerente de Atenção aos Clientes

VISTO:

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS  
SUBPROCURADOR ADMINISTRATIVO, CONVÊNIOS E CONTRATOS

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
Nome: Nilson Bento Santos  
CPF: 598.485.022-20

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO



ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA  
SUPERINTENDÊNCIA COMERCIAL - PSC  
DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO AOS CLIENTES – PSA  
GERÊNCIA DE ATENÇÃO AOS CLIENTES - PSAA  
CONTRATO Nº PSA/023/2018

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER

<b>Razão Social:</b> CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A - CERON	<b>CNPJ:</b> 05.914.650/0001-66
<b>Endereço:</b> Av. Imigrantes, Nº 4137 – Industrial – Porto Velho.	<b>Inscrição Estadual:</b> 00000000255.63-7
<b>Representante:</b> Fernando Tupan Coragem	<b>CPF:</b> 851.469.512-68 <b>RG</b> 911.223 – SSP/RO
<b>Representante:</b> Tércia Marília Martins Brasil	<b>CPF:</b> 836.691.672-24 <b>RG:</b> 693.942 SSP/RO
<b>Resolução da Diretoria:</b> 16/2017 e 22/2017	

CONTRATANTE/ACESSANTE

<b>Razão Social:</b> Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde		
<b>Endereço da Sede:</b> Avenida Governador Jorge Teixeira nº 1146		<b>CNPJ:</b> 05.903.125/0001-45
<b>Órgão Pagador:</b> (07)		
<b>Bairro:</b> Nova Porto Velho	<b>CEP:</b> 76.820-116	<b>Cidade/Estado:</b> Porto Velho/RO
<b>Representante:</b> Orlando José de Souza Ramires		<b>CPF:</b> 068.602.494-04 <b>RG:</b> 259.423 SSP/RO
<b>Resolução/Ato/Portaria de nomeação/Procuração:</b> Decreto 2185/I publicado no D.O.M nº 5.523 de 25.08.17		

<b>Fone:</b> (69) 3901-3176	<b>E-Mail:</b> dasemusa@hotmail.com	
<b>Código de Atividade:</b> 84.11-6-00	<b>Atividade Principal:</b> Administração Pública em geral	<b>Início vigência do CCER:</b> 17/05/2018 a 16/05/2019

TENSÃO DO FORNECIMENTO

<b>Nominal V</b>	<b>Contratada V</b>
2,3	2,3

Modalidade Tarifária:

Grupo B

**CONSIDERANDO QUE:**

a)O presente Contrato de Compra de Energia Regulada - CCER, ora contratado, será regido pelas disposições das Leis nº 9.074, de 07 de julho de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648 de 27 de maio de 1998; nº 10.438, de 26 de abril de 2002; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nos Decretos nº 2.655/98, nº 2.003/96, nº 5.163/04, na Resolução Normativa ANEEL nº 506/2012, na Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, na Resolução Normativa ANEEL nº 714/2016, ainda, pela da



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, quando couber, pelos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, pelos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e por padrões técnicos da DISTRIBUIDORA;

b)A DISTRIBUIDORA na qualidade de concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e usuária da REDE BÁSICA, que opera e mantém INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA na sua área de concessão, que estão conectadas ao SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL;

c)O CONSUMIDOR é responsável por instalações que são conectadas ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

d) As regras técnicas e operacionais aplicáveis ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e às INSTALAÇÕES DE CONEXÃO estabelecidas pelos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, pelas NORMAS E PADRÕES DA DISTRIBUIDORA, e pela legislação aplicável, devem ser observadas na execução do presente CONTRATO;

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO CONTRATO:**

Para perfeito entendimento e maior precisão da terminologia técnica usada neste instrumento, fica, desde já, acertado entre as partes o significado dos vocábulos e expressões técnicas usuais em fornecimento de energia elétrica, conforme a seguir relacionado e definido:

a)CARGA INSTALADA: Soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (Kw);

b)ACORDO OPERATIVO: acordo celebrado entre as PARTES, que descreve e define as atribuições e responsabilidades, e estabelece os procedimentos necessários ao relacionamento operacional entre as mesmas para fins da conexão, observada a legislação vigente e os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO;

c)ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, criada pela Lei n.º 9.427/96, de 26 de dezembro de 1996, que tem por finalidade regular, mediar e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;

d)AUTO-CONSUMO REMOTO: caracterizado por unidades consumidoras de titularidade de uma mesma Pessoa Jurídica, incluídas matriz e filial, ou Pessoa Física que possua unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída em local diferente das unidades consumidoras, dentro da mesma área de concessão ou permissão, nas quais a energia excedente será compensada;

e)CAPACIDADE CONEXÃO: máximo carregamento definido para regime normal de operação e de emergência, a que os equipamentos das subestações, linhas de transmissão e linhas de distribuição podem ser submetidos sem sofrer danos ou perda adicional de vida útil;

f)CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR: define-se como qualquer fato imprevisível que esteja fora do controle de qualquer das PARTES deste CONTRATO, ou, se previsível, que esteja fora do controle de qualquer das PARTES e cujos efeitos não possam ser evitados por tal PARTE, inclusive, sem restrição: (a) cataclismos, eventos que afetem o cumprimento das obrigações de natureza física da CERON relativo à geração e a circulação da energia elétrica contratada, condições meteorológicas excepcionais e imprevisíveis, acidentes nas instalações próprias ou de terceiros supridores de energia ao sistema da CERON, aí incluindo as instalações da REDE BÁSICA, impedimentos legais ou outras razões alheias à vontade da CERON, ou ainda por determinação dos Poderes Públicos, guerras declaradas, tumultos, terremotos, ação de silvícolas, e (b) aplicação de leis, regulamentos e medidas governamentais ou administrativas. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR não inclui dificuldades econômicas ou alteração das condições de mercado. Sob nenhuma circunstância, eventos que resultem do descumprimento por quaisquer PARTES de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais exigências legais, ou que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão serão havidos por hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



g)CONSUMIDOR – Pessoa Física ou Jurídica de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento, a contratação de energia ou uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à (s) sua (s) unidade (s) CONSUMIDORA (s), segundo disposto nas Normas e Regulamentos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e nos contratos, sendo:

h)CONSUMIDOR LIVRE: é aquele que atendido em qualquer tensão, tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições previstas nos arts. 15 e 16 da Lei n.º 9.074, de 7 julho de 1995.

i)CONSUMIDOR ESPECIAL: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras do Grupo “A”, integrante (s) do mesmo submercado no SIN, reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995;

j)CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA (CCER): contrato que estabelece as condições, procedimentos e responsabilidades para que um ACESSANTE utilize o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

k)DADOS DE MEDIÇÃO: demandas, em kW e kVAr, da potência média integralizada em intervalo de tempo de 15 (quinze) minutos, podendo vir a ser alterado pela emissão de regulamentação superveniente da ANEEL, destinadas ao cálculo dos ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

l)DISTRIBUIDORA: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de energia elétrica;

m)ENCARGO DE EXCEDENTE DE ENERGIA REATIVA: importâncias a serem pagas, mensalmente, pelo CONSUMIDOR à DISTRIBUIDORA, em razão do excedente da energia reativa consumida pela ACESSANTE em suas instalações industriais, de acordo com os termos e condições estabelecidos no CUSD, sempre em conformidade com a regulamentação da ANEEL;

n)ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: valor devido pelo CONSUMIDOR quando se conecta a instalações de propriedade da distribuidora, calculado com base em custos associados às instalações de responsabilidade do CONSUMIDOR, os quais são definidos de acordo com a regulamentação relativa a cada tipo de CONSUMIDOR;

o)ENCARGOS DE DEMANDA: encargo aplicável à disponibilização de potência elétrica conforme o MUSD CONTRATADO ou ao MUSD, conforme o caso, nos termos da regulamentação da ANEEL;

p)FATOR DE POTENCIA: razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétrica ativa e reativa, consumidas no mesmo período especificado;

q)HORÁRIO DE PONTA: É o período composto de 03 (três) horas diárias consecutivas, diariamente, entre às 18h00min e 21h00min horas, exceção feita aos sábados, domingos e nos seguintes feriados nacionais, conforme tabela abaixo:

<b>Dia e Mês</b>	<b>Feriados Nacionais</b>	<b>Leis Federais</b>
01 de janeiro	Confraternização Universal	10.607, de 19/12/2002
21 de abril	Tiradentes	10.607, de 19/12/2002
01 de maio	Dia do Trabalhador	10.607, de 19/12/2002
07 de setembro	Independência	10.607, de 19/12/2002
12 de outubro	Nossa Senhora Aparecida	6.802, de 30/06/1980



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



02 de novembro	Finados	10.607, de 19/12/2002
15 de novembro	Proclamação da República	10.607, de 19/12/2002
25 de dezembro	Natal	10.607, de 19/12/2002

r) **HORÁRIO FORA DE PONTA:** é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no **HORÁRIO DE PONTA**;

s) **IGPM:** Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou, no caso de sua extinção, outro índice com função similar que venha a substituí-lo por acordo entre as **PARTES**;

t) **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO:** instalações e equipamentos com a finalidade de interligar as instalações próprias do **CONSUMIDOR** ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**, compreendendo o **PONTO DE CONEXÃO** e eventuais instalações de interesse restrito;

u) **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** obrigatoriedade de cumprimento a qualquer lei ou ato legal oriundo de qualquer **AUTORIDADE COMPETENTE**, com desdobramentos cabíveis neste **CONTRATO**;

v) **MEDIÇÃO DE FATURAMENTO:** significa os equipamentos principais e acessórios destinados à medição dos dados de demanda para apuração dos **ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** e os dados para contabilização e liquidação da energia elétrica no âmbito da **CCEE**;

w) **NORMAS E PADRÕES DA DISTRIBUIDORA:** normas, padrões e procedimentos técnicos praticados pela **DISTRIBUIDORA**, que apresentam as especificações de materiais e equipamentos necessários para a efetivação da conexão, e estabelecem os requisitos e critérios de projeto, montagem, construção, operação, proteção e manutenção dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, específicos às peculiaridades do respectivo sistema;

x) **ONS:** Operador Nacional do Sistema Elétrico, instituído pela Lei nº 9.648/98, órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no **SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL**, sob a fiscalização e regulação da **ANEEL**;

y) **PONTOS DE MEDIÇÃO:** pontos elétricos, onde serão medidos os **MONTANTES DE USO** e a **ENERGIA DE USO**, para determinação dos **ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DA DISTRIBUIÇÃO**;

z) **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:** instalações destinadas à distribuição de energia elétrica componentes dos ativos da área de concessão ou permissão da **DISTRIBUIDORA**;

aa) **SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA:** instalações dos sistemas de geração, transmissão, distribuição e dos **CONSUMIDORES LIVRES** conectados à **REDE BÁSICA**;

bb) **SISTEMA DE TRANSMISSÃO:** instalações e equipamentos de transmissão integrante da **REDE BÁSICA**, bem como as conexões e demais instalações de transmissão pertencentes a uma concessionária de transmissão de energia elétrica;

cc) **SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN:** composto pelos sistemas de transmissão de distribuição de propriedade das diversas empresas das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela **ANEEL** e, no que couber, à operação e coordenação do **ONS**;

dd) **SUBGRUPO AS:** grupamento composto de **UNIDADE CONSUMIDORA** com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV, a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo em caráter opcional;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



ee) **TRIBUTOS:** significam todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criada sobre o lucro líquido ou resultados de uma das PARTES, tal exclusão abrangendo o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras; e

ff) **TARIFA DE ULTRAPASSAGEM:** também considerada neste CONTRATO como “cobrança de ultrapassagem”, constitui-se como a tarifa a ser paga pela ACESSANTE sobre qualquer montante excedente ao MUSD CONTRATADO, verificado por medição para os períodos de HORÁRIO DE PONTA e HORÁRIO FORA DE PONTA, sempre que os montantes excedentes superarem em mais de 5% (cinco por cento) o MUSD CONTRATADO para cada um destes períodos horários, a ser paga conforme estipulado no CUSD;

gg) **TARIFA HORÁRIA AZUL:** modalidade estruturada para aplicação de tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia;

hh) **TARIFA HORÁRIA VERDE:** modalidade estruturada para aplicação de tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia bem como de uma única tarifa de demanda de potência;

ii) **UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto de instalações e equipamentos elétricos caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um único ponto de conexão, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

jj) **USUÁRIOS:** todos os agentes, incluindo consumidores, geradores de energia, concessionários de serviço público de energia elétrica, os permissionários e os autorizados de serviços ou instalações de energia elétrica, conectados, direta ou indiretamente, ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e que venham a fazer uso deste sistema por ciência e concordância formalizada da DISTRIBUIDORA.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 O presente CCER é celebrado na MODALIDADE TARIFÁRIA DO GRUPO B e nas condições instituídas pela legislação vigente, relativas à compra de energia elétrica pelo CONSUMIDOR para suprimento da UNIDADE CONSUMIDORA sob sua responsabilidade, condições essas que, no seu conteúdo de natureza regulamentar, assim como as demais da mesma natureza, integrantes deste CCER, ficam sujeitas às alterações que eventualmente venham a ser efetivadas pelo Órgão Regulador, as quais serão de catamento obrigatório pelas PARTES.

2.2. Qualquer eventual mudança das características e/ou dos dados cadastrais do CONSUMIDOR e/ou da Unidade Consumidora descritas anteriormente deverá ser informada a ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.3. O CONSUMIDOR declara está ciente da obrigatoriedade de manter atualizados os dados cadastrais da UNIDADE CONSUMIDORA, especialmente quando da mudança do titular, formalizando solicitação à DISTRIBUIDORA, conforme o caso, de alteração da titularidade ou de cancelamento da relação contratual.

2.3.2. Diante da solicitação da ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, o CONSUMIDOR deve disponibilizar informações e dados atualizados da UNIDADE CONSUMIDORA que sejam necessários à elaboração dos estudos de responsabilidades da ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA E DO PONTO DE ENTREGA**

3.1. O quadro abaixo discrimina as características da UNIDADE CONSUMIDORA do CLIENTE:

<b>Código Único</b>	<b>Atividade Exercida</b>	<b>Endereço</b>	<b>Município Estado</b>	<b>Características da Forma de Contratação de Energia</b>
---------------------	---------------------------	-----------------	-------------------------	---



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



1.167.177-7	86.11-6-00	LH C 01 BR 319 S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.306.099-3	86.11-6-00	BARCO HOSP. FLORIANO R FILHO SEMUSA PRAÇA M.S/N - CENTRO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.042.592-3	86.11-6-00	AV. EQUADOR Nº 2212 - NOVA PORTO VELHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.329.608-6	86.11-6-00	AV. GUAPORÉ Nº 3929 - AGENOR DE CARVALHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.204.226-9	86.11-6-00	RUA PALMEIRA Nº 2QUADRA Z1	NOVA MUTUM PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.001.250-5	86.11-6-00	RUA PADRE CHIQUINHO S/N	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.180.776-8	86.11-6-00	RM ALIANÇA S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.158.790-3	86.11-6-00	ET. CACHOEIRA DO TEOTÔNIO -S/N -ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.272.462-6	86.11-6-00	R. ANCELMO DE LACERDA – Nº 300	DEMARCAÇÃO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.047.390-4	86.11-6-00	LINHA TRANSPURUS S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.133.422-3	86.11-6-00	LINHA NOVA ALIANÇA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.204.224-2	86.11-6-00	RUA PALMEIRAL – S/N - QUADRA Z1	NOVA MUTUM PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.043.853-0	86.11-6-00	ET. JATUARANA S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.043.861-0	86.11-6-00	ET. JATUARANA S/N, KM 41 ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.154.801-0	86.11-6-00	R. BENEDITO RABELO -S/N - ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.315.362-2	86.11-6-00	R. DO COQUEIRO – S/N - TERRA CAIDA B. MADEIRA	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.229.807-7	86.11-6-00	ESTRADA DA VIÇOSA – BAIRRO VIÇOSA ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.271.225-3	86.11-6-00	AV. LOBLEIM, Nº 313	VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.236.207-7	86.11-6-00	RUA: AMARILDO, S/N	UNIÃO BANDEIRANTE S	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.334.772-1	86.11-6-00	RD BR 319 - S/N -ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.688.924-7	86.11-6-00	AV.: PRINCIPAL, S/N	EXTREMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.712-1	86.11-6-00	RUA VENEZUELA, 2342, EMBRATEL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



0.073.040-8	86.11-6-00	AV. JORGE TEIXEIRA 1899 LIBERDADE	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.159.589-2	86.11-6-00	RM DO JACU – 124 - ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.166.337-2	86.11-6-00	AV. BARAO DO RIO BRANCO	VILA DE ABUNA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.952-3	86.11-6-00	RUA VICTOR FERREIRA MANAHIBA - S/N -AGENOR DE CARVALHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.166.760-5	86.11-6-00	ET. 28 DE NOVEMBRO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.062.451-1	86.11-6-00	RM ALIANÇA S/NKM 42	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.079.787-4	86.11-6-00	R.:ANDREIA 6626, APONIA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.857-8	86.11-6-00	R. TANCREDO NEVES, 600, CALADINHO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.210.336-2	86.11-6-00	R. SÃO SEBASTIÃO 1200	VILA DE CALAMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.292.243-9	86.11-6-00	RUA LUIS HUMBELINO S/N	VILA DE CALAMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.308.827-8	86.11-6-00	RAMAL CUJUBIM GRANDE EST. 29 KM 9 - S/N	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.310.124-0	86.11-6-00	AV. JOSÉ VIEIRA CAÚLA S/N IGARAPÉ	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.277.840-8	86.11-6-00	R. DO ABUNÁ 108	EXTREMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.202.544-5	86.11-6-00	RUA DO ABUNA S/N	EXTREMA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.231.716-0	86.11-6-00	RUA TIRADENTES S/N	FORTALEZA DO ABUNA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.142.724-5	86.11-6-00	AV. FORTALEZA DO ABUNÁ, S/N	FORTALEZA DO ABUNA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.144.462-0	86.11-6-00	RD BR 364 – S/N	JACY PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.144.809-9	86.11-6-00	R. SEBASTIÃO GOMES S/N	JACY PARANÁ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.135.959-5	86.11-6-00	R. ROSALINA GOMES 9870 MARIANA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.688.987-5	86.11-6-00	R. CAMPO GRANDE 357	NOVA CALIFORNIA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.279.092-0	86.11-6-00	R. ITAPORÁ 407	NOVA CALIFORNIA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.832-2	86.11-6-00	AV. JATUARANA 3522	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.345.263-0	86.11-6-00	RUA JOÃO PAULO 1 S/N – NOVO HORIZONTE	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.072.826-8	86.11-6-00	AV. CAMPOS SALES, 841, AREAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.073.033-5	86.11-6-00	R. PADRE ANGELO CERRI,3420, LIBERDADE	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



1.334.443-9	86.11-6-00	R. MAGNO ARSOLINO S/N CIDADE NOVA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.305.113-7	86.11-6-00	RODOVIA BR 364 S/N ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.115.863-8	86.11-6-00	ESTRADA DO SANTO ANTÔNIO S/N TRIÂNGULO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.161.835-0	86.11-6-00	R. PADRE CHIQUINHO S/N	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.323.689-7	86.11-6-00	R. CASTRO ALVES 5899 SÃO SEBASTIÃO 1	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.094.552-0	86.11-6-00	R. MANÉ GARRINCHA S/N SOCIALISTA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.263.188-4	86.11-6-00	RUA FRANCISCO FONTINELLI 111 VILA PRINCESA	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.027.535-5	86.11-6-00	RUA A O LIMA S/N	VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
0.033.854-0	86.11-6-00	RUA DUQUE DE CAXIAS 1960 SÃO CRISTOVÃO	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.156.843-7	86.11-6-00	RUA LC. CUNIÃ S/N	SÃO CARLOS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.412.279-0	86.11-6-00	ET 28 DE NOVEMBRO, KM22, POSTE269 , ZONA RURAL	PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.405.696-8	86.11-6-00	AV. TIRADENTES S/N	DISTRITO DE RIO PARDO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
1.408.484-8	86.11-6-00	RUA BURITIS 1878	DISTRITO DE RIO PARDO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.

3.2. O quadro abaixo discrimina as características do PONTO DE ENTREGA:

<b>Código Único</b>	<b>Localização</b>	<b>Tensão Nominal de Fornecimento</b>	<b>Tensão Contratada</b>
1.167.177-7	LH C 01 BR 319 S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.306.099-3	BARCO HOSP. FLORIANO R FILHO SEMUSA PRAÇA M.S/N - CENTRO	127/220 V	127/220 V
0.042.592-3	AV. EQUADOR Nº 2212 - NOVA PORTO VELHO	127/220 V	127/220 V
1.329.608-6	AV. GUAPORÉ Nº 3929 - AGENOR DE CARVALHO	127/220 V	127/220 V
1.204.226-9	RUA PALMEIRA Nº 2QUADRA Z1	127/220 V	127/220 V
0.001.250-5	RUA PADRE CHIQUINHO S/N	127/220 V	127/220 V
1.180.776-8	RM ALIANÇA S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.158.790-3	ET. CACHOEIRA DO TEOTÔNIO -S/N -ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



0.272.462-6	R. ANCELMO DE LACERDA – Nº 300	127/220 V	127/220 V
1.047.390-4	LINHA TRANSPURUS S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.133.422-3	LINHA NOVA ALIANÇA	127/220 V	127/220 V
1.204.224-2	RUA PALMEIRAL – S/N - QUADRA Z1	127/220 V	127/220 V
1.043.853-0	ET. JATUARANA S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.043.861-0	ET. JATUARANA S/N, KM 41 ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.154.801-0	R. BENEDITO RABELO -S/N - ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.315.362-2	R. DO COQUEIRO – S/N - TERRA CAIDA B. MADEIRA	127/220 V	127/220 V
1.229.807-7	ESTRADA DA VIÇOSA – BAIRRO VIÇOSA ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.271.225-3	AV. LOBLEIM, Nº 313	127/220 V	127/220 V
1.236.207-7	RUA: AMARILDO, S/N	127/220 V	127/220 V
1.334.772-1	RD BR 319 - S/N -ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.688.924-7	AV.: PRINCIPAL, S/N	127/220 V	127/220 V
0.072.712-1	RUA VENEZUELA, 2342, EMBRATEL	127/220 V	127/220 V
0.073.040-8	AV. JORGE TEIXEIRA 1899 LIBERDADE	127/220 V	127/220 V
1.159.589-2	RM DO JACU – 124 - ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
0.166.337-2	AV. BARAO DO RIO BRANCO	127/220 V	127/220 V
0.072.952-3	RUA VICTOR FERREIRA MANAHIBA - S/N -AGENOR DE CARVALHO	127/220 V	127/220 V
1.166.760-5	ET. 28 DE NOVEMBRO	127/220 V	127/220 V
1.062.451-1	RM ALIANÇA S/NKM 42	127/220 V	127/220 V
1.079.787-4	R.:ANDREIA 6626, APONIÃ	127/220 V	127/220 V
0.072.857-8	R. TANCREDO NEVES, 600, CALADINHO	127/220 V	127/220 V
0.210.336-2	R. SÃO SEBASTIÃO 1200	127/220 V	127/220 V
1.292.243-9	RUA LUIS HUMBELINO S/N	127/220 V	127/220 V
0.308.827-8	RAMAL CUJUBIM GRANDE EST. 29 KM 9 - S/N	127/220 V	127/220 V
0.310.124-0	AV. JOSÉ VIEIRA CAÛLA S/N IGARAPÉ	127/220 V	127/220 V
0.277.840-8	R. DO ABUNÃ 108	127/220 V	127/220 V
1.202.544-5	RUA DO ABUNA S/N	127/220 V	127/220 V
1.231.716-0	RUA TIRADENTES S/N	127/220 V	127/220 V
0.142.724-5	AV. FORTALEZA DO ABUNÃ,S/N	127/220 V	127/220 V



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



0.144.462-0	RD BR 364 – S/N	127/220 V	127/220 V
0.144.809-9	R. SEBASTIÃO GOMES S/N	127/220 V	127/220 V
1.135.959-5	R. ROSALINA GOMES 9870 MARIANA	127/220 V	127/220 V
0.688.987-5	R. CAMPO GRANDE 357	127/220 V	127/220 V
0.279.092-0	R. ITAPORÁ 407	127/220 V	127/220 V
0.072.832-2	AV. JATUARANA 3522	127/220 V	127/220 V
1.345.263-0	RUA JOÃO PAULO 1 S/N –NOVO HORIZONTE	127/220 V	127/220 V
0.072.826-8	AV. CAMPOS SALES, 841, AREAL	127/220 V	127/220 V
0.073.033-5	R. PADRE ANGELO CERRI,3420, LIBERDADE	127/220 V	127/220 V
1.334.443-9	R. MAGNO ARSOLINO S/N CIDADE NOVA	127/220 V	127/220 V
0.305.113-7	RODOVIA BR 364 S/N ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.115.863-8	ESTRADA DO SANTO ANTÔNIO S/N TRIÂNGULO	127/220 V	127/220 V
0.161.835-0	R. PADRE CHIQUINHO S/N	127/220 V	127/220 V
0.323.689-7	R. CASTRO ALVES 5899 SÃO SEBASTIÃO 1	127/220 V	127/220 V
1.094.552-0	R. MANÉ GARRINCHA S/N SOCIALISTA	127/220 V	127/220 V
1.263.188-4	RUA FRANCISCO FONTINELLI 111 VILA PRINCESA	127/220 V	127/220 V
1.027.535-5	RUA A O LIMA S/N	127/220 V	127/220 V
0.033.854-0	RUA DUQUE DE CAXIAS 1960 SÃO CRISTOVÃO	127/220 V	127/220 V
1.156.843-7	RUA LC. CUNIÃ S/N	127/220 V	127/220 V
1.412.279-0	ET 28 DE NOVEMBRO, KM22, POSTE269 , ZONA RURAL	127/220 V	127/220 V
1.405.696-8	AV. TIRADENTES S/N	127/220 V	127/220 V
1.408.484-8	RUA BURITIS 1878	127/220 V	127/220 V

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.1 O prazo de vigência do presente CCER será de 12 (doze) meses a partir de **17 de maio de 2018**, ou até que haja rescisão, nos termos da Cláusula 13ª;

4.2. A eficácia do presente CCER está condicionada a celebração pelo CONSUMIDOR do CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

4.3. A ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA não se responsabiliza pela suspensão por eventuais atrasos quanto à data prevista no item 4.1 acima em razão: (i) da demora na obtenção de autorizações, licenças, informações incluindo, mais não se limitando, às de autoridade competente, a serviços de passagens, desapropriações, licenças ambientais, e/ou travessias em estradas de rodagem, (ii) em



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



razão de caso fortuito ou força maior e (iii) em razão do CONSUMIDOR não apresentar informações e documentos sob sua responsabilidade.

**CLÁUSULA QUINTA – NORMAS, LEIS E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS.**

5.1. Este CCER será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras, e estará sujeito à aplicação imediata de toda a legislação e regulamentação superveniente que afetar o objeto do mesmo;

5.2. Aplicam-se a este CONTRATO as normas legais relativas à prestação de serviços públicos de energia elétrica, vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pela ANEEL.

**CLÁUSULA SEXTA – MONTANTES DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA E DO PERÍODO DE TESTE.**

6.1. O montante de energia elétrica contratada deve ser definido segundo um dos seguintes critérios:

a) Para os consumidores livres e especiais cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas:

Conforme os valores médios mensais de energia elétrica, expressos em MW/médios, para toda vigência contratual devendo a modulação dos montantes contratados ser realizada segundo o perfil de carga da unidade consumidora;

b) Para os demais consumidores: conforme o montante de energia elétrica medido.

6.2.1. As solicitações de redução do montante de energia elétrica contratada por consumidores livres e especiais, com aplicação a partir do início da vigência subsequente, deve, ser realizadas com antecedência mínima de:

a) **90 (noventa) dias**, para consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou

b) **180 (cento e oitenta) dias** de sua aplicação, para os consumidores pertencentes aos demais subgrupos.

6.2.1.2. O CONSUMIDOR deverá submeter previamente a DISTRIBUIDORA o projeto básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela DISTRIBUIDORA;

6.2.2. O CONSUMIDOR poderá solicitar aumento do montante de energia elétrica contratado, com antecedência mínima de 06 (seis) meses em relação à data a partir da qual deseje a alteração, ou em prazo menor, a critério da DISTRIBUIDORA, e, ainda:

a) Disponibilidade no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de propriedade da DISTRIBUIDORA para atender ao aumento solicitado pelo CONSUMIDOR;

b) Inexistência de quaisquer débitos do CONSUMIDOR junto à DISTRIBUIDORA;

c) Celebração de termo aditivo a este CONTRATO, através do qual o CCER adicional passará a integrar, para todos os efeitos, o CCER contratado, pelo qual as PARTES se responsabilizarão nos termos da Cláusula Quinta (Normas, Leis e Procedimentos Aplicáveis).

6.3. A DISTRIBUIDORA aplicará o **PERÍODO DE TESTES**, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, com o propósito de permitir a adequação da demanda contratada e da escolha da modalidade tarifária, quando for o caso, nas situações elencadas a seguir:

(a) Início do fornecimento;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



(b) Enquadramento na modalidade tarifária horária azul, quando for o caso;

(c) Acréscimo do MUSD CONTRATADO, quando maior que 5% (cinco por cento).

6.3.1. Durante o período de testes, o MUSD a ser considerado para fins de faturamento será o MUSD medido, exceto na hipótese prevista na alínea (c) do item 6.3. acima, em que a DISTRIBUIDORA considerará o maior valor entre o MUSD medido e o MUSD CONTRATADO anterior à solicitação do acréscimo, observados os valores mínimos previstos na regulamentação vigente;

6.3.2. Durante o período de testes, aplicar-se-á a cobrança por ultrapassagem do MUSD medido quando os valores medidos excederem o somatório de (o):

(a) Novo MUSD CONTRATADO ou inicial; e

(b) 5% (cinco por cento) do MUSD anterior ou inicial; e

(c) 30% (trinta por cento) do MUSD adicional ou inicial.

6.3.2.1. A tolerância mencionada na alínea (c) do item 6.3.2 acima se refere exclusivamente à cobrança de ultrapassagem, não estando associada à disponibilidade de acréscimo de MUSD pelo CONSUMIDOR do valor correspondente;

6.3.3. Quando da hipótese da alínea (b) do item 6.3, o período de testes abrangerá exclusivamente o MUSD CONTRATADO para o HORÁRIO DE PONTA;

6.3.4. Faculta-se à o CONSUMIDOR solicitar:

(a) durante o período de testes, novos acréscimos ao MUSD CONTRATADO; e

(b) Ao final do período de testes, redução de até 50% (cinquenta por cento) da demanda adicional ou inicial contratada, devendo nos casos de acréscimo de demanda, resultar em um montante superior a 105% (cento e cinco por cento) da demanda contratada anteriormente.

6.3.5. A DISTRIBUIDORA tem a prerrogativa de dilatar ou não, o período de testes, mediante solicitação justificada do CONSUMIDOR;

6.4. Quando o MUSD medido exceder em mais de 5% (cinco por cento) o MUSD CONTRATADO, aplicar-se-á a cobrança de ultrapassagem, de acordo com a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA MEDIÇÃO**

7.1. A medição de energia elétrica, em todos os seus parâmetros, será efetuada através dos equipamentos de medição fornecidos e instalados pela DISTRIBUIDORA na unidade CONSUMIDORA cabendo ao consumidor preparar o local para recebimento desses equipamentos, devendo ser de fácil acesso, com iluminação, ventilação e condições de segurança adequadas, de acordo com as normas e padrões da DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Primeiro:** A DISTRIBUIDORA periodicamente efetuará verificação dos equipamentos de medição instalada na unidade CONSUMIDORA, segundo critérios estabelecidos na legislação metrológica, devendo o consumidor assegurar o livre acesso dos inspetores credenciados aos locais em que os equipamentos estejam instalados. Aferições extras poderão ser efetuadas por solicitação do CONSUMIDOR a qualquer tempo, cabendo, porém, a esse, as despesas decorrentes, se constatar que os medidores aferidos se encontram dentro das margens de tolerância de erro admitidas nas especificações do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e/ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta destas, em norma internacional tradicionalmente aceita;

**Parágrafo Terceiro:** Ficará a critério de a DISTRIBUIDORA escolher os medidores, padrões de aferição e demais equipamentos de medição que julgar necessários, assim como sua substituição ou



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



reprogramação, quando considerados convenientes ou necessários observados os critérios estabelecidos na legislação metrológicas aplicáveis a cada equipamento;

**Parágrafo Quarto:** Os lacres instalados nos medidores e demais equipamentos de medição, caixas e cubículos somente poderão ser rompidos por representante credenciado da DISTRIBUIDORA, ficando o consumidor responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia desses equipamentos, quando instalados no interior da unidade CONSUMIDORA, ou, se por solicitação formal do consumidor, os equipamentos forem instalados em área externa da mesma.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PERÍODO DE LEITURA DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO**

Periodicamente, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observado o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias, a DISTRIBUIDORA efetuará a leitura dos instrumentos de medição, de acordo com o calendário respectivo.

**CLÁUSULA NONA - DO FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS FATURAS**

A DISTRIBUIDORA emitirá faturas mensais com base nos valores medidos da energia fornecida à unidade consumidora devendo, para o cálculo das faturas serem observadas as cláusulas deste CONTRATO e a legislação em vigor, bem como as tarifas fixadas pelo Poder Concedente, com os ajustes previstos.

**Parágrafo Primeiro:** Para fins de faturamento, a componente de consumo kWh será a realmente registrada no intervalo de duas leituras consecutivas e em cada modalidade tarifária, quando aplicável.

**Parágrafo Segundo:** O prazo para pagamento das faturas não será afetado por discussões entre as partes, sobre questões de cálculo, devendo a diferença, quando houver, ser paga ou devolvida por processamento independente, a quem de direito.

**Parágrafo Terceiro:** Sobre qualquer soma contestada, que venha posteriormente a ser acordada e definida como sendo devida pelas PARTES, aplicar-se-á o disposto na Cláusula Décima Primeira (Mora no Pagamento dos Encargos de Uso e Seus Efeitos) deste CONTRATO, excetuando-se a multa. Os juros incidirão desde a data do vencimento até a data do pagamento, excluído o dia do pagamento.

**Parágrafo Quarto:** O faturamento do fornecimento de energia elétrica à unidade CONSUMIDORA, objeto deste contrato, será efetuado com base no valor identificado por meio dos critérios descritos a seguir:

a) Demanda faturável – um único valor, correspondente ao maior valor dentre os definidos a seguir:

a.1) A demanda contratada ou a demanda medida, exceto para a unidade CONSUMIDORA da classe Rural ou reconhecida como sazonal, as quais o devem contratar segundo um cronograma mensal; ou

a.2) demanda medida no ciclo de faturamento ou 10% (dez por cento) da maior demanda contratada, no caso de unidade CONSUMIDORA incluída na tarifa horossazonal da classe rural ou reconhecida como sazonal.

b) Consumo de energia elétrica ativa – um único valor, correspondente a energia elétrica ativa medida no período de faturamento;

c) Consumo de energia elétrica e demanda de potência reativas excedentes - quando o fator de potência da unidade CONSUMIDOR, indutivo ou capacitivo, for inferior a 0,92 (noventa e dois centésimos).

**Parágrafo Quinto:** Comprovada deficiência no medidor ou demais equipamentos de medição e na impossibilidade de determinar os montantes faturáveis por meio de avaliação técnica adequada, a DISTRIBUIDORA adotará, como valores faturáveis de consumo de energia elétrica e de demanda de potência ativas, de energia elétrica e de demanda de potência reativas excedentes, as respectivas médias aritméticas dos 12 (dozes) últimos faturamentos normal disponíveis.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



**CLÁUSULA DÉCIMA – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS**

10.1. Fica caracterizada a mora quando o CONSUMIDOR, por sua culpa, deixar de liquidar quaisquer das faturas devidas nos termos deste CONTRATO nas respectivas datas de vencimento, de forma a incidir sobre as parcelas em atraso, além da atualização monetária, os seguintes acréscimos:

(a) Juros efetivos de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*; e

(b) Multa de 2% (dois por cento).

10.2. IGPM, do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento, ou no caso da sua extinção, por outro índice com função similar que venha a substituí-lo, desde que previamente acordado entre as PARTES, e acrescido da multa e dos juros previstos no item 10.1, variações negativas do IGPM não serão consideradas;

10.3. Caso o atraso de pagamento seja verificado dentro de um mesmo mês, para os efeitos da aplicação da atualização referida no item 10.1 será utilizada a variação *pro rata die* do IGPM, do mês anterior ao do pagamento;

10.4. Para os efeitos da aplicação da atualização referida nos itens 10.1 e 10.2 desta Cláusula, será considerada nula qualquer variação negativa do ÍNDICE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO INADIMPLEMENTO**

11.1. Em caso de inadimplemento, por qualquer das PARTES, de obrigação contida no presente CONTRATO, a PARTE prejudicada deverá notificar a PARTE inadimplente, a fim de sanar o respectivo inadimplemento, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação, sob pena de rescisão do presente CONTRATO;

11.2. Para a inadimplência causada pela não liquidação, pelo CONSUMIDOR, dos pagamentos estabelecidos no presente CONTRATO, ficará o CONSUMIDOR sujeito a suspensão dos serviços, objeto deste CONTRATO mediante simples comunicação prévia da DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUSPENSÃO**

12.1. A DISTRIBUIDORA poderá suspender imediatamente o serviço, de acordo com os artigos 168, 169 e 170 da Resolução ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, quando verificar a ocorrência, dentre outros amparados por legislação aplicável, de qualquer evento abaixo descrito:

(a) Constatada ligação clandestina que permita a utilização de energia elétrica sem que haja relação de consumo;

(b) Revenda ou fornecimento pela CONSUMIDOR a terceiros da energia disponibilizada e fornecida pela DISTRIBUIDORA, sem autorização federal para tanto; e

(c) Constatada a deficiência técnica de segurança na UNIDADE CONSUMIDORA que caracterize risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico da DISTRIBUIDORA;

12.2. A DISTRIBUIDORA também poderá suspender o serviço, após notificação de prévio aviso ao CONSUMIDOR, na hipótese de verificação da ocorrência das situações previstas nos arts. 171 e 172 da Resolução ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 3º da Lei 8.987/95;

12.3. Após sanada a situação que ensejou qualquer suspensão referida na presente cláusula, a DISTRIBUIDORA restabelecerá o fornecimento de energia elétrica a UNIDADE CONSUMIDORA, desde que a mesma esteja em conformidade com os padrões técnicos de segurança, proteção e operação adotados.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



12.4. Ressalvado o disposto na Cláusula Décima Oitava (Solução de Controvérsias), a DISTRIBUIDORA poderá desconectar o CONSUMIDOR do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO em caso de mora superior a 60 (sessenta) dias, após prévia comunicação, por escrito, identificando o inadimplemento e estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

13.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

(i) Mediante acordo entre as PARTES;

(ii) Solicitação do consumidor formulada por novo interessado referente à mesma unidade consumidora, observados os requisitos previstos no art. 27;

(iii) Término da vigência do contrato; ou

(iv) Por uma das PARTES, em caso de não cumprimento pela outra PARTE, de qualquer uma das Cláusulas avençadas neste CONTRATO e/ou da legislação específica;

(v) Pela DISTRIBUIDORA, na hipótese do inadimplemento de pagamento pelo CONSUMIDOR perdurar por 60 (sessenta) dias ininterruptos, desde que o consumidor seja notificado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 1º - A notificação de que trata o inciso VI pode ser impressa em destaque na própria fatura, observando-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 173.

(vi) Pelo CONSUMIDOR, mediante comunicação prévia e expressa à DISTRIBUIDORA com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término de cada vigência;

13.2. O encerramento contratual antecipado implica, sem prejuízo de outras estabelecidas pelas normas vigentes, as seguintes cobranças:

(a) O valor correspondente ao faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do contrato, limitado a 12 (doze) meses, considerando o produto da tarifa de energia e da bandeira tarifária vigentes na data da solicitação do encerramento sobre o calculado com base:

a.1 – Nos montantes médios contratados, para os consumidores livres e especiais; ou

a.2 – Na média dos consumos de energia elétrica disponíveis, precedentes ao encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos, para os demais consumidores.

13.3. Para o cálculo do valor da indenização prevista no item 13.2 serão utilizadas as tarifas de uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da DISTRIBUIDORA, vigentes à época da referida rescisão, para o nível de tensão em que o CONSUMIDOR estiver conectado;

13.4. Na hipótese da DISTRIBUIDORA ter realizado investimento específico para atendimento do CONSUMIDOR, este deverá ressarcir a DISTRIBUIDORA dos investimentos realizados e não amortizados relativos ao cálculo do encargo de responsabilidade desta, a ser calculada de forma proporcional aos valores que deixarem de ser faturados e de acordo com a legislação aplicável;

13.5. A rescisão do presente CONTRATO, em qualquer hipótese, não libera as PARTES das obrigações devidas até a sua data e não afeta ou limita qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em pleno vigor e efeito após a data de rescisão ou que dela decorra.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO:**

14.1. Indenizações por danos diretos causados por uma PARTE à outra ou a USUÁRIOS que se fizerem devidas, nos termos da legislação em vigor, causadas por perturbações no SISTEMA DE



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



DISTRIBUIÇÃO, nas INSTALAÇÕES DE CONEXÃO e nas instalações de demais USUÁRIOS, serão custeadas pelo (s) responsável (is) da perturbação, tal como venha a ser apurado, por meio de um processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO, a ser conduzido pela DISTRIBUIDORA conforme procedimentos e prazos estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e no ACORDO OPERATIVO;

14.2. Na hipótese da necessidade de pagamento dos custos advindos de danos materiais causados a USUÁRIOS e devidos pela ACESSANTE em razão do disposto no item 14.1 desta Cláusula, este será realizado, após a apresentação, por escrito, dos seguintes documentos: (i) comprovação da ocorrência do dano; (ii) comprovação do efetivo pagamento pela DISTRIBUIDORA, acompanhados, conforme for o caso de:

(a) comprovação do trânsito em julgado da correspondente sentença ou acórdão que determine tal pagamento; ou

(b) determinação da ANEEL, em conformidade com a legislação vigente, de tal pagamento, juntamente com qualquer documento adicional que se faça necessário em função de tal determinação da ANEEL, ou

(c) comprovação de celebração de acordo judicial ou extrajudicial, realizado entre a DISTRIBUIDORA e USUÁRIOS, para ressarcimento aos danos materiais sofridos por estes USUÁRIOS e causados pelo CONSUMIDOR.

14.3. Sem prejuízo do disposto nos Itens anteriores, as Partes convencionam que a Parte prejudicada poderá exigir indenização suplementar, desde que se prove o prejuízo excedente;

14.4. Caso o processo de ANÁLISE DE PERTURBAÇÃO coordenado pelo ONS referido no item 15.1 desta Cláusula atribua ao CONSUMIDOR a causa ou a responsabilidade pela perturbação, a DISTRIBUIDORA não será responsável pelo pagamento de quaisquer indenizações relacionadas a tal perturbação;

14.5. Os prejuízos decorrentes de danos materiais diretos reclamados pelo CONSUMIDOR, atribuíveis a interrupções, variações de tensão ou perturbações do fornecimento de energia serão indenizados, desde que comprovada a responsabilidade da DISTRIBUIDORA, conforme apurado pela ANÁLISE DA PERTURBAÇÃO, excluindo-se, contudo, a responsabilidade da DISTRIBUIDORA nos seguintes casos:

(a) as interrupções programadas, desde que dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Módulo 8 do PRODIST;

(a) As interrupções dentro dos limites estabelecidos nos índices a que se refere o item 15.2.;

(c) as variações ou perturbações do fornecimento de energia elétrica dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL;

(a) As interrupções e perturbações atribuíveis a CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA QUALIDADE DA ENERGIA:**

15.1. A DISTRIBUIDORA deve manter serviços adequados de operação, conservação e manutenção de suas instalações;

15.2. A DISTRIBUIDORA, conforme legislação aplicável obriga-se, ainda, a manter os índices mínimos de qualidade relativos aos serviços de distribuição, estabelecidos pela ANEEL, até o MUSD CONTRATADO, não se responsabilizando por danos causados quando de uso de montantes superiores aos contratados;

15.3. Caso fique comprovado o não atendimento, pela DISTRIBUIDORA, dos referidos índices mínimos de qualidade, a mesma se sujeita ao pagamento das penalidades previstas na legislação aplicável;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



15.4. Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída à DISTRIBUIDORA, por prejuízos que o CONSUMIDOR eventualmente sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;

15.5. O CONSUMIDOR deve realizar a operação e manutenção do PONTO DE CONEXÃO de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais CONSUMIDORES;

15.6. O CONSUMIDOR deve manter os ajustes da proteção de suas instalações conforme disposições dos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e ACORDO OPERATIVO;

15.7. O CONSUMIDOR deve informar previamente à DISTRIBUIDORA todas as modificações em equipamentos em suas instalações de conexão que alterem as suas características técnicas inclusive projetos de eficiência energética e dependerá da aprovação prévia, de forma expressa da DISTRIBUIDORA, para efetivar as modificações pretendidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS:**

16.1. Caso haja qualquer disputa ou questão relativa ao presente CONTRATO, as PARTES, desde já, se comprometem a envidar esforços para resolver a questão de maneira amigável, mantendo, para tanto, negociações para atingirem uma solução justa e satisfatória para ambas, em um prazo de até 15 (quinze) dias;

16.2. A declaração de controvérsia por uma das PARTES não a dispensa do cumprimento da obrigação contratual assumida, procedendo-se os acertos que se fizerem necessários ao final do processo de negociação ou de solução de conflitos adotado;

16.3. As controvérsias não solucionadas na forma do item 16.1 desta cláusula poderão, mediante acordo entre as PARTES, ser submetidas à mediação da ANEEL, ou, caso necessário, pela apreciação do Poder Judiciário, no foro de eleição do CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Para os casos omissos no presente contrato ou eventuais divergências, quanto ao fornecimento de energia elétrica, prevalecerão às condições gerais das normas e disposições regulamentares em vigor, cabendo ainda, em últimas instâncias, recursos junto à Ouvidoria CERON e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

17.2. Quaisquer modificações supervenientes na referida legislação, que venham repercutir nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, considerar-se-ão automaticamente aplicáveis a esse contrato.

**Parágrafo Primeiro:** A DISTRIBUIDORA coloca à disposição do consumidor exemplar da Resolução referente às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, descritivo de Tarifas em vigor, Normas e Padrões da DISTRIBUIDORA, para conhecimento ou consulta quando julgar necessário. Disponibiliza, também, em todas as lojas de atendimento CERON, livro próprio para possibilitar a manifestação do consumidor, por escrito, quando assim interessar.

**Parágrafo Segundo:** Os direitos e obrigações decorrentes do contrato se transmitem aos sucessores e cessionários das partes contratantes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita pelo consumidor terá validade, se antes não for formalmente aceita pela DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Terceiro:** A partir da data do início do fornecimento ficam revogados outros contratos anteriormente celebrados entre as partes para estes mesmos fins.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**



**Parágrafo Quarto:** Fica assegurado ao consumidor, dentre outros, o direito de receber o ressarcimento pelos danos aos equipamentos elétricos causados em função do serviço concedido, desde que comprovada a responsabilidade da DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Quinto:** Qualquer comunicação de uma PARTE à outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por correio, fax ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes indicados pelas PARTES.

**Parágrafo Sexto:** Todas as Cláusulas deste CONTRATO são autônomas, de modo que a eventual nulidade de quaisquer dispositivos de uma Cláusula ou da totalidade de uma Cláusula deste CONTRATO não implicará de forma alguma a nulidade das demais Cláusulas deste CONTRATO.

**Parágrafo Sétimo:** Este CONTRATO não poderá ser alterado, inclusive quanto a prorrogações do prazo de vigência do mesmo, nem poderá haver renúncia às suas disposições, exceto se por termo aditivo, observado o disposto na legislação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho-RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para um mesmo efeito legal, caso não se atinja uma solução amigável ou não satisfatória à mediação da ANEEL.

E, por estarem às partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito perante as testemunhas abaixo relacionadas, obrigando-se por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipulados.

Porto Velho (RO), 17 de maio e 2018.

Pelo **CONSUMIDOR:**

\_\_\_\_\_  
**Orlando José de Souza Ramires**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA

Pela **DISTRIBUIDORA:**  
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. – CERON

\_\_\_\_\_  
**Tércia Marília Martins Brasil**  
Gerente de Atenção aos Clientes

\_\_\_\_\_  
**Fernando Tupan Coragem**  
Gerente do Dpto de Atendimento aos Clientes

VISTO:

FELIPPE IDAK AMORIM SANTOS  
SUBPROCURADOR ADMINISTRATIVO, CONVÊNIOS E CONTRATOS

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
Nome: Nilson Bento Santos  
CPF: 598.485.022-20

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF